

Por Antonio Penteado Mendonça



A imensa maioria dos imóveis brasileiros não tem qualquer tipo de proteção de seguro. Há quem fale em dezoito milhões de imóveis em condições de serem segurados que, todavia, não possuem qualquer apólice a seu favor. Da mesma forma, a maioria das empresas não tem seguros para garanti-las, nem as cargas transportadas em território nacional são seguradas. Vale destacar que os seguros para empresas e transporte de cargas de pessoas jurídicas em território brasileiro são seguros obrigatórios, assim como o seguro de edifício em condomínio também o é.

As razões para este quadro, pelo lado do segurado, podem ser divididas em três grupos: desconhecimento do que é seguro; desconhecimento da existência dos seguros apropriados; e falta de capacidade econômica.

Já pelo lado das seguradoras, podemos citar falta de divulgação da existência dos produtos; canais de venda deficientes e excesso de burocracia e “segurês” na execução do contrato.

São barreiras graves e difíceis de serem transpostas, mas nada que não possa ser alterado por ações destinadas a modificar o cenário. As mais simples seriam campanhas de divulgação dos seguros para a sociedade e campanhas de incentivo para os corretores oferecerem as apólices para seus clientes.

Todavia, apenas contar que o seguro existe e montar um plano de premiação para os corretores não é suficiente para mudar a realidade e rapidamente colocar estes seguros no mercado.

A sociedade brasileira não tem tradição de contratar seguros. Aliás, antes disso, a sociedade brasileira não tem tradição de poupar, tanto que as reservas nacionais estão longe de serem comparáveis aos percentuais do primeiro mundo, onde a regra comum é a poupança interna ser mais de uma vez o valor do PIB (Produto Interno Bruto). Nós estamos distantes disto.

Sem uma noção clara da importância de poupar é difícil entender a noção de seguro e da proteção oferecida por ele, baseada justamente num fundo composto, ou seja, poupado, pelos integrantes do grupo segurado.

O brasileiro também não é famoso pela solidariedade. Basta observar o comportamento de parte da sociedade durante a pandemia do coronavírus para isto ficar claro. E seguro implica em solidariedade, em geração mútua de recursos destinados a garantir a reposição do patrimônio das pessoas afetadas por eventos previamente determinados.

Para que essas barreiras sejam rompidas é indispensável um longo processo de ensino e divulgação das noções básicas capazes de modificar o quadro atual e criar uma mentalidade mais solidária e mais preocupada com a necessidade de gerar poupança e renda para garantir a

sobrevivência da sociedade.

De outro lado, a realidade atual aponta mais de cem milhões de brasileiros vivendo na linha de pobreza, sendo que treze milhões de famílias (quarenta milhões de pessoas), recebem noventa reais por mês.

Além disso, trinta milhões de brasileiros estão sem emprego e a pandemia mal enfrentada pelas autoridades federais pode agravar este quadro, porque não é possível se falar em recuperação econômica sem que aconteça a vacinação em massa da população e a consequente imunização de rebanho, capaz de controlar a expansão e o surgimento de novas cepas do vírus.

Quer dizer, no curto prazo não é possível se fazer muita coisa em termos pragmáticos para o fechamento de novos negócios. Todavia, isto não quer dizer que não seja possível a criação de grupos de trabalho multisetoriais com diferentes tarefas destinadas a acelerar o processo de divulgação do instituto de seguro, da criação de campanhas específicas visando a divulgação de determinados ramos de seguros, da simplificação dos produtos existentes, a mudança de postura para uma aproximação mais amigável com os segurados, a criação de novas ferramentas e treinamento para as áreas comerciais, etc.

As ferramentas de TI estão aí para serem usadas e facilitar este processo. Depois, é começar o trabalho de formiguinha capaz de atender a demanda que o país sequer sabe que tem e que tem tudo para começar a explodir assim que a recuperação econômica se torne real.

Fonte: SindSegSP, em 12.03.2021